



Banco Digimais S.A.
CNPJ nº 92.874.270/0001-40



Rua Elvira Ferraz, 250 Vila Olímpia
CEP 04552-040 - São Paulo - SP

www.bancodigimais.com.br

Relatório da Administração

A Administração do **Banco Digimais S.A.** ("Banco" ou "Digimais"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), acompanhada do Relatório do Auditor Independente. **Foco de atuação:** O Banco Digimais é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo/SP e, está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento. A Instituição é controlada pela B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do Grupo RECORD. O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 94,51% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD. O Banco Digimais mantém a política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade. **Desempenho dos negócios:** Em virtude da pandemia do COVID-19, o resultado de dezembro de 2020 mostrou-se significativamente inferior ao resultado esperado pela Administração. Porém, apesar da lenta retomada da economia, o resultado de dezembro de 2021 foi superior ao observado no mesmo período do ano anterior. Um dos aspectos fundamentais para a alta da rentabilidade do Banco, no exercício de 2021, foi o aumento da produção de financiamentos de veículos e a retomada gradual da economia. Além disso, os outros produtos ofertados através da nossa plataforma digital, continuam proporcionando diariamente maior comodidade e facilidade para nossos clientes na realização das suas operações através do *mobile bank*. **Principais destaques do ano:** • O lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 49.066 mil no individual e consolidado (R\$ 31.875 mil no individual e R\$ 31.880 mil consolidado em 31/12/2020), representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE) na ordem de 16,77%. Na comparação com o exercício anterior, apresentou um aumento de 2,75 (p.p.) no ROE. • As principais influências no acréscimo do lucro líquido referem-se ao aumento das receitas de tarifas de cadastro, que em 31 de dezembro de 2021 representa o montante de R\$ 127.460 mil no individual e R\$ 129.672 mil no consolidado (R\$ 68.589 mil no individual e R\$ 69.176 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior). • As receitas da intermediação financeira apuradas neste exercício foram de R\$ 549.802 mil no individual e no consolidado (R\$ 359.608 mil no individual e R\$ 359.672 mil no consolidado em 31/12/2020) e a despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R\$ 153.210 mil no individual e consolidado (R\$ 114.138 mil no individual e consolidado em 31/12/2020), apresentando um crescimento em relação ao ano anterior de 52,89% no individual e no consolidado nas receitas de intermediação financeira, e um aumento de 34,23% no individual e consolidado, nas despesas de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. • As despesas da intermediação financeira apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 236.403 mil no individual e R\$ 236.210 mil no consolidado (R\$ 128.520 mil no individual e R\$ 128.479 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 83,94% no individual e 83,85% no consolidado. • As despesas de pessoal somadas às outras despesas administrativas finalizaram o exercício de 2021 em R\$ 177.064 mil no individual e R\$ 180.388 mil no consolidado (R\$ 119.465 mil no individual e R\$ 123.629 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um acréscimo de 48,21% no individual e 45,91% no consolidado. • A carteira de operações de crédito finalizou o exercício de 2021 com um saldo de R\$ 2.643.972 mil no individual e consolidado (R\$ 1.680.074 mil no individual e consolidado em 31/12/2020), apresentando um crescimento de 57,37% no individual e no consolidado. O CDC-Veículos, principal produto do portfólio do Banco Digimais, apresentou um crescimento de 60,31% no individual e consolidado em comparação ao mesmo período do ano anterior. • A carteira de depósitos a prazo encerrou o exercício de 2021 com um saldo de R\$ 4.142.349 mil no individual e R\$ 4.137.256 mil no consolidado (R\$ 2.960.008 mil no individual e R\$ 2.958.764 mil no consolidado no mesmo período do ano anterior), apresentando um crescimento de 39,94% no individual e 39,83% no consolidado. • Em relação ao Índice de Basileia, o Banco Digimais encerrou o exercício de 2021 com o índice de 11,69% (10,05% no mesmo período do ano anterior). Cabe destacar, que o capital da Instituição é formado 100% por capital de nível I.

Principais informações:

	Individual		Consolidado		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Demonstração do Resultado						
Receitas da intermediação financeira	549.802	359.608	52,89%	549.802	359.672	52,86%
Despesas de captação no mercado	(236.403)	(128.520)	83,94%	(236.210)	(128.479)	83,85%
Margem financeira bruta	313.399	231.088	35,62%	313.592	231.193	35,64%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(153.210)	(114.138)	34,23%	(153.210)	(114.138)	34,23%
Resultado bruto da intermediação financeira	160.189	116.950	36,97%	160.382	117.055	37,01%
Receitas de tarifas bancárias	127.460	68.589	85,83%	129.672	69.176	87,45%
Despesas de pessoal e administrativas	(177.064)	(119.465)	48,21%	(180.388)	(123.629)	45,91%
Outras despesas - líquidas	(38.257)	(24.868)	53,84%	(37.338)	(21.391)	74,55%
Resultado antes da tributação e das participações	72.328	41.206	75,14%	72.328	41.211	75,51%
Imposto de renda e contribuição social	(17.380)	(4.957)	250,62%	(17.380)	(4.957)	250,62%
Participações nos lucros	(5.889)	(4.374)	34,64%	(5.889)	(4.374)	34,64%
Lucro líquido do exercício	49.059	31.875	53,91%	49.059	31.880	53,89%
Balanco Patrimonial						
Disponibilidades	8.124	7.986	1,73%	8.126	7.992	1,68%
Instrumentos financeiros	4.369.802	3.164.532	38,09%	4.369.812	3.164.542	38,09%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.204.775	1.574.807	-23,50%	1.204.785	1.574.817	-23,50%
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2.570	2.188	17,46%	2.570	2.188	17,46%
Títulos e valores mobiliários	665.055	366	181.609,02%	665.055	366	181.609,02%
Operações de crédito	2.643.972	1.680.074	57,37%	2.643.972	1.680.074	57,37%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(146.570)	(92.903)	57,77%	(146.570)	(92.903)	57,77%
Ativos fiscais	103.346	90.756	13,87%	103.416	90.756	13,95%
Outros ativos	113.842	70.405	61,70%	114.154	71.057	60,65%
Permanente	54.425	41.640	30,70%	49.194	39.026	26,05%
Total do Ativo	4.649.539	3.375.319	37,75%	4.644.702	3.373.373	37,69%
Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.169.356	2.992.880	39,31%	4.163.692	2.990.799	39,22%
Depósitos à vista	27.007	32.872	-17,84%	26.436	32.034	-17,48%
Depósitos a prazo	4.142.349	2.960.008	39,94%	4.137.256	2.958.765	39,83%
Obrigações por emissão de letras financeiras à vista	—	—	0,00%	—	—	0,00%
Passivos fiscais correntes	20.271	24.330	-16,68%	20.292	24.381	-16,77%
Passivos fiscais diferidos	646	492	31,30%	646	492	31,30%
Provisões	28.400	25.064	13,31%	28.400	25.064	13,31%

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	8.124	7.986	8.126	7.992
Instrumentos financeiros		4.369.802	3.182.673	4.369.812	3.182.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Títulos e valores mobiliários	7	665.055	366	665.055	366
Pagamentos e recebimentos a liquidar	8	2.570	2.188	2.570	2.188
Carteira de crédito		2.497.402	1.605.312	2.497.402	1.605.312
Operações de crédito	9	2.618.458	1.680.074	2.618.458	1.680.074
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	25.514	18.305	25.514	18.305
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(146.570)	(93.067)	(146.570)	(93.067)
Ativos fiscais		103.346	91.431	103.416	91.504
Ativos fiscais correntes	11a	3.296	675	3.366	748
Ativos fiscais diferidos	11b	100.050	90.756	100.050	90.756
Investimentos		7.329	4.997	—	—
Participações em controladas	14	7.329	4.997	—	—
Imobilizado de uso	15	20.028	23.523	20.028	23.523
Imobilizado de uso		32.643	33.418	32.643	33.418
(Depreciação acumulada)		(12.615)	(9.895)	(12.615)	(9.895)
Intangível	16	27.068	13.120	29.166	15.503
Ativos intangíveis		34.912	17.074	38.340	20.152
(Amortização acumulada)		(7.844)	(3.954)	(9.174)	(4.649)
Outros ativos	12	113.836	51.589	114.154	52.168
Total do Ativo		4.649.533	3.375.319	4.644.702	3.373.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Principais informações:

	Individual		Consolidado		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Outros passivos	85.458	92.919	-8,03%	86.271	92.996	-7,23%
Patrimônio Líquido	345.408	239.634	44,14%	345.401	239.641	44,13%
Total do Passivo	4.649.539	3.375.319	37,75%	4.644.702	3.373.373	37,69%
Carteira de Crédito e Depósitos a Prazo						
Veículos	2.492.685	1.554.925	60,31%	2.492.685	1.554.925	60,31%
Capital de giro	57.934	94.412	-38,64%	57.934	94.412	-38,64%
Consignado privado	23.255	11.300	105,80%	23.255	11.300	105,80%
Consignado público	—	2.231	0,00%	—	2.231	0,00%
Crédito pessoal	973	6.442	-84,90%	973	6.442	-84,90%
Títulos descontados	1.449	202	617,33%	1.449	202	617,33%
Cartão de crédito e cheque especial	42.162	10.562	399,19%	42.162	10.562	399,19%
Outros créditos com características de concessão de crédito	25.514	—	100,00%	25.514	—	100,00%
Total da carteira de crédito	2.643.972	1.680.074	57,37%	2.643.972	1.680.074	57,37%
CDB Pré-Fixado	1.569.701	2.094.563	-25,06%	1.564.608	2.093.319	-25,26%
CDB Pós-Fixado	2.445.658	745.818	227,92%	2.445.658	745.818	227,92%
DPGE Pré-Fixado	71.709	67.704	5,92%	71.709	67.704	5,92%
DPGE Pós-Fixado	53.470	50.250	6,41%	53.470	50.250	6,41%
RDB Pré-Fixado	1.811	1.673	8,25%	1.811	1.673	8,25%
Total da carteira de depósitos	4.142.349	2.960.008	39,94%	4.137.256	2.958.764	39,83%
INDICADORES						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE)	16,77%	14,02%	2,75 (p.p.)	16,77%	14,03%	2,74 (p.p.)
Retorno sobre o ativo total médio (ROA)	1,22%	1,18%	0,03 (p.p.)	1,22%	1,19%	0,02 (p.p.)
Índice de Basileia (IB)	11,69%	11,57%	0,12 (p.p.)	11,69%	11,57%	0,12 (p.p.)
Inadimplência	11,13%	7,79%	3,34 (p.p.)	11,13%	7,79%	3,34 (p.p.)
PCLD/Carteira de crédito	4,62%	5,53%	-0,91 (p.p.)	4,62%	5,53%	-0,91 (p.p.)
Índice de liquidez (gerencial)	69,50%	122,41%	-43,22%	69,50%	122,41%	-43,22%

Gestão de Riscos: O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação de Diretores e da Gestão de Riscos, além de outras áreas. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Adicionalmente, em conformidade com a Circular 3.930/2019 estão divulgados no site da Instituição, www.bancodigimais.com.br, as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, às exposições aos riscos, o patrimônio de referência (PR), e as parcelas de requerimento de capital. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Formalizamos em políticas e normativas internas as diretrizes da gestão de risco para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos é participante da segunda linha de defesa. O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição. **Risco Operacional:** O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles, atuando em parceria com a área de Controles Internos. A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no acordo de Basileia - BIS (*Bank for International Settlements*), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados. Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica. **Risco de Mercado:** A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação - *banking book* (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis. **Risco de Liquidez:** Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações. **Risco de Crédito:** Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Gerenciamento de Capital:** Conforme previsto nas Resoluções nºs 4.557/17, 4.955/21 e 4.958/21, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial, no qual são executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital. **Declarações da Diretoria: Títulos e Valores Mobiliários:** Em atendimento à Circular nº 3.068/01 do BACEN, os Diretores declaram ter a intenção de que o Banco Digimais mantenha até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 363 mil (R\$ 366 mil no mesmo período do ano anterior), apresentados na nota explicativa nº 7. Declaram, também, que a Instituição possui capacidade financeira de manter tais títulos até seus respectivos vencimentos. **Demonstrações Financeiras:** Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 31 de março de 2022. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria do Banco Digimais está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga por meio de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco Digimais não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **Agradecimentos:** Para finalizar, agradecemos aos clientes e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação e, reiteramos o nosso compromisso permanente de promover uma administração focada em resultados, sem renunciar ao tripé: segurança, liquidez e rentabilidade, que caracterizou nossa trajetória ao longo desses mais de 35 anos.

Passivo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros	17	4.169.356	2.992.880	4.163.692	2.990.799
Depósitos à vista		27.007	32.872	26.436	32.034
Depósitos a prazo		4.142.349	2.960.008	4.137.256	2.958.765
Passivos fiscais		20.917	24.822	20.938	24.873
Passivos fiscais correntes	19a	20.271	24.330	20.292	24.381

continuação

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Individual			Consolidado		
	2º semes- tre/2021	Exercício /2021	Exercício /2020	2º semestre /2021	Exercício /2021	Exercício/ 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido ajustado	144.254	246.569	162.635	145.950	246.724	159.612
Lucro líquido	23.096	49.059	31.875	23.096	49.059	31.880
Ajustes ao lucro líquido do exercício	121.158	197.510	130.760	122.854	197.665	127.732
Imposto de renda e contribuição social	12.716	17.242	4.957	12.716	17.242	4.597
Depreciação e amortização	17.728	20.459	4.643	19.058	21.789	5.208
Resultado de participações em controladas	(373)	1.168	3.233	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	88.249	153.210	114.138	88.242	153.203	114.138
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.838	5.431	3.789	2.838	5.431	3.789
Variação de ativos e passivos	(228.618)	(640.768)	943.610	(228.957)	(643.382)	942.995
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(614.345)	(664.690)	(20)	(614.344)	(664.689)	(20)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	1.311	(382)	(1.903)	1.312	(382)	(1.904)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(634.442)	(1.038.121)	(344.303)	(634.435)	(1.038.114)	(344.303)
(Aumento) Redução em outros ativos	55.549	(83.811)	(15.871)	55.527	(83.693)	(16.041)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.123	2.471	(8.362)	2.171	2.616	(8.285)
(Aumento) Redução em depósitos	1.042.952	1.176.476	1.388.109	1.041.842	1.172.893	1.387.627
(Aumento) Redução em outros passivos	(100.415)	(45.023)	(64.228)	(99.679)	(44.325)	(64.267)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18.649	12.312	(9.812)	18.649	12.312	(9.812)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(84.364)	(394.199)	1.106.245	(83.007)	(396.658)	1.102.607
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aumento de capital Digimais Cartões	-	(3.500)	(4.000)	-	-	-
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(26.301)	(30.912)	(21.501)	(27.658)	(31.957)	(21.853)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.301)	(34.412)	(25.501)	(27.658)	(31.957)	(21.853)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(11.503)	(11.503)	(10.813)	(11.503)	(11.503)	(10.813)
Aporte de capital	134	70.220	1.813	134	70.220	1.813
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.369)	58.717	(9.000)	(11.369)	58.717	(9.000)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(122.034)	(369.894)	1.071.744	(122.034)	(369.898)	1.071.754
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	557.386	1.582.793	511.049	557.386	1.582.809	511.055
Disponibilidades	12.186	8.124	7.986	12.186	8.126	7.992
Aplicações interfinanceiras de liquidez	423.166	1.204.775	1.574.807	423.166	1.204.785	1.574.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	435.352	1.212.899	1.582.793	435.352	1.212.911	1.582.809

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digimais S.A. ("Banco" ou "Digimais") é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Digimais Participações S.A. e sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos. A Digimais Participações S.A. é uma holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence à B.A. Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do grupo RECORD. O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados, atuando nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE e CE, os quais representam atualmente cerca de 94,51% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o grupo RECORD. A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Recibos de Depósitos Bancários (RDB). Também são utilizados eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, as operações de cessão de recebíveis que compõem a carteira de crédito para outras instituições financeiras com as quais o Banco mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade. A Digimais Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Digimais Cartões"), sociedade limitada, conforme a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) foi constituída em 31 de julho de 2013 e tem como principal atividade operacional gestão e administração de cartões de crédito, débito e pré-pago e, a gestão e administração de meios de pagamento. A sua sede social está localizada na Rua Elvira Ferraz, nº 250 - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Em função da pandemia da COVID-19, o Banco revisitou suas relações com funcionários, prestadores de serviços e clientes, visando garantir a saúde e segurança, bem como manter a qualidade do serviço prestado. Em suas instalações físicas foram adotados protocolo de desinfecção, comunicação sobre melhores práticas e os cuidados com distanciamento social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); • Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)); • Resolução CMN nº 4.877/20 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (CPC 02 (R2)); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27); • Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)); • Resolução CMN nº 3.959/2019 - Resultado por Ação (CPC 41); • Resolução CMN nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo (CPC 46); Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN. A preparação de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão divulgadas na nota nº 3. As demonstrações financeiras do Banco Digimais S.A. são apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da Resolução BCB nº 2/20. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: **Balanco Patrimonial:** • Apresentação dos Ativos e Passivos por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; • Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências. **Demonstração do Resultado:** • Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas"; • Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira"; • Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como Receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas". **Saldos Comparativos** • Para melhor apresentação e comparabilidade nestas demonstrações financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação das demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2022 a diretoria do Banco autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações oriundas das seguintes entidades controladas:

Entidade	Atividade	% de Participação no Capital	
		31/12/2021	31/12/2020
Digimais Cartões	Gestão e Administração de Meios de Pagamento	99,99999%	99,99999%

Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados.

3. ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Banco faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir:

(a) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de riscos, considerando ainda a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias: i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados pelo Banco no ativo em contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. De acordo com a Resolução CMN nº 4.803/20, excepcionalmente fica permitido a renegociação de operações no período de 01 de março a 30 de setembro de 2020, mantendo o nível de classificação do rating destas operações datadas de 29 de fevereiro daquele ano. (b) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. (c) **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários:** O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas Demonstrações Financeiras, nas quais: **4.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, reificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **4.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **4.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável. **4.4. Títulos e valores mobiliários:** • Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente

Banco Digimais S.A.

Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestres findos em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	167.967	9.625	-	37.354	-	214.946
Aumento do capital social	1.813	-	-	-	-	1.813
Lucro líquido do período	-	-	-	-	31.875	31.875
Destinações:						
Reserva legal	-	1.593	-	-	(1.593)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Outras reservas	-	-	-	21.282	(21.282)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	169.780	11.218	-	58.636	-	239.634
Mutações do Período	1.813	1.593	-	21.282	-	24.688
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	169.780	11.218	-	58.636	-	239.634
Aumento do capital social	70.220	-	-	(134)	-	70.086
Lucro líquido do período	-	-	-	-	49.066	49.066
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(7)	(7)
Destinações:						
Reserva legal	-	2.454	-	-	(2.454)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.502)	(11.502)
Dividendos	-	-	-	-	(4.207)	(4.207)
Dividendos adicionais propostos	-	-	2.331	-	-	2.331
Outras reservas	-	-	-	30.896	(30.896)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	240.000	13.672	2.331	89.398	-	345.401
Mutações do Período	70.220	2.454	2.331	30.762	-	105.767
Saldos em 30 de Junho de 2021	240.000	12.516	-	58.502	24.665	335.683
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	23.103	23.103
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(7)	(7)
Destinações:						
Reserva legal	-	1.156	-	-	(1.156)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.502)	(11.502)
Dividendos	-	-	-	-	(4.207)	(4.207)
Dividendos adicionais propostos	-	-	2.331	-	-	2.331
Outras reservas	-	-	-	30.896	(30.896)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	240.000	13.672	2.331	89.398	-	345.401
Mutações do Período	-	1.156	2.331	30.896	(24.665)	9.718

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva realização. • Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O Banco detém títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício, conforme demonstrado na nota nº 7. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve reclassificação de títulos entre as categorias. **4.5. Operações de crédito e depósitos:** As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixados, são atualizadas *pro rata temporis*, pelo método exponencial. (a) Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação em níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixados contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme Resolução CMN nº 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco. **4.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 14. **4.7. Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito a avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados. **4.8. Intangível:** Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. **4.9. Provisão para imposto de renda:** A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". **4.10. Contingências:** O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (Nota nº 23). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **4.11. Lucro por ações:** Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **4.12. Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, o resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa nº 31.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	8.124	7.986	8.126	7.992
Disponibilidades em moeda nacional	8.124	7.986	8.126	7.992
Aplicações interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	1.204.775	1.574.807	1.204.785	1.574.817
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	1.204.775	1.524.334	1.204.785	1.524.344
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	50.473	-	50.473
Total	1.212.899	1.582.793	1.212.911	1.582.809

(1) Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As operações compromissadas (posição bancada - revendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue: **a) Compos**

—☆— **continuação** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Rendas de títulos e valores mobiliários

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/	Exercício/	Exercício/	2º Semestre/	Exercício/	Exercício/
	2021	2021		2021	2021	
Resultado de operações com títulos de renda fixa	3.412	7.441	14	3.411	7.440	14
Letras financeiras do tesouro (LFT)	3.412	7.441	14	3.411	7.440	14
Total	3.412	7.441	14	3.411	7.440	14

O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 381.

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Ativo	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Créditos vinculados - Pagamentos instantâneos	1.875	1.662	1.875
Depósitos no Banco Central - Outros	695	526	695	526
Total	2.570	2.188	2.570	2.188

9. CARTEIRA DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito estão assim compostas: **(a) Carteira de crédito por modalidade**

Setor Privado	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	Empréstimos e títulos descontados	125.773
Financiamentos	2.492.685	1.531.741
Operações de créditos vinculados a cessão	—	37.039
Total operações de crédito	2.618.458	1.680.074
Outros créditos com características de operações de crédito	25.514	18.305
Total outros créditos	25.514	18.305
Total da carteira de crédito	2.643.972	1.698.379
Ativo circulante	1.247.259	829.233
Ativo não circulante	1.396.713	869.146

(b) Composição da carteira por segmento de mercado

Setor Privado	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	5	—	—	—
Rural	91	—	6	—
Comércio	17.084	0,65	3.318	0,20
Serviços	51.168	1,94	99.512	5,86
Pessoas físicas	2.575.624	97,41	1.595.543	93,94
Total	2.643.972	100,00	1.698.379	100,00

(c) Composição da carteira por vencimento (por parcelas)

Descrição	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	120.995	4,58	65.208	3,84
A vencer até 3 meses	362.163	13,70	223.985	13,19
A vencer de 3 a 12 meses	764.101	28,90	540.103	31,80
A vencer de 1 a 3 anos	1.182.566	44,72	761.138	44,82
A vencer de 3 a 5 anos	214.147	8,10	107.945	6,35
Total	2.643.972	100,00	1.698.379	100,00

(d) Composição da carteira por nível de concentração (por clientes)

Descrição	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	60.595	2,29	96.684	5,69
50 seguintes maiores clientes	8.654	0,33	7.315	0,43
100 seguintes maiores clientes	3.700	0,14	4.886	0,29
Demais clientes	2.571.023	97,24	1.589.494	93,59
Total	2.643.972	100,00	1.698.379	100,00

(e) Rendas de operações de crédito

	Individual e Consolidado			
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	
	Empréstimos	19.082	35.658	29.982
Títulos descontados	161	273	258	
Financiamentos	252.180	423.324	299.968	
Outras	47	109	185	
Renda bruta de operações de crédito	271.470	459.364	330.393	
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	10.227	15.664	8.054	
Total	281.697	475.028	338.447	

(f) Cessão de créditos: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve cessão de créditos com retenção substancial de riscos, conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012. O saldo em aberto a valor presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 0,00 (R\$ 37.038 em 31 de dezembro de 2020), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica "Outras obrigações - diversas - Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R\$ 0,00 (R\$ 50.526 em 31 de dezembro de 2020). **(g) Renegociação:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram renegociados créditos no montante de R\$ 785.462 (R\$ 142.314 em 31 de dezembro de 2020).

10. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS A CARTEIRA DE CRÉDITO POR NÍVEIS DE RISCOS

(a) Composição:

Nível de Risco	% de Provisão	Individual e Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Total da Carteira	Provisão	Total da Carteira	Provisão
AA	—	9.097	—	39.464	—
A	0,50	1.391.386	6.957	1.240.521	6.203
B	1,00	397.236	3.972	136.939	1.369
C	3,00	542.440	16.273	122.868	3.686
D	10,00	135.163	13.516	56.878	5.688
E	30,00	65.483	19.645	23.565	7.070
F	50,00	25.619	12.810	15.729	7.865
G	70,00	13.838	9.687	4.230	2.961
H	100,00	63.710	63.710	58.185	58.225
Total		2.643.972	146.570	1.698.379	93.067
Ativo Circulante		1.247.259	83.346	829.233	61.974
Ativo não Circulante		1.396.713	63.224	869.146	31.093

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Foram recuperados no exercício findo 31 de dezembro de 2021 créditos no montante de R\$ 15.664 (R\$ 8.054 em 31 de dezembro de 2020), registrados na rubrica de "recuperação de créditos baixados como prejuízo".

(b) Movimentação

Descrição	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	(=) Saldo inicial	(93.067)
(+) Constituição	(153.210)	(114.138)
(-) Créditos baixados para prejuízo	99.707	92.762
(=) Saldo final	(146.570)	(93.067)

(c) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Individual e Consolidado		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
	Empréstimos e títulos descontados	(17.866)	(24.258)
Financiamentos	(75.752)	(128.922)	(106.206)
Outras	(67)	(30)	(87)
Total (Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(93.685)	(153.210)	(114.138)

11. ATIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais correntes

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Total	Total	Total	Total
Ativos fiscais correntes				
Impostos e contribuições a compensar	3.296	675	3.366	748
Total	3.296	675	3.366	748
Ativo circulante	3.296	675	3.366	748
Ativo não circulante	—	—	—	—

b) Ativos fiscais diferidos: Foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente inadutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras:

Descrição	Individual e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	36.641	29.313	65.954	79.873
Operações de crédito levados a perda temporariamente inadutível	12.063	9.650	21.713	10.575
Provisão para riscos civis	143	114	257	308
Provisão para riscos trabalhistas	6.737	5.389	12.126	—
Total	55.584	44.466	100.050	90.756
Ativo circulante	—	—	399	58.587
Ativo não circulante	—	—	99.651	32.169

Em 1º de março de 2021, através da MP nº 1.034, o governo fixou um aumento de 5% na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a ser paga pelos bancos, levando-a de 20% para 25%, essa medida entrará em vigor efetivamente em julho de 2021 e se encerrará em 31 de dezembro de 2021, sendo assim, não gerando impactos relevantes na apuração da CSLL do banco. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, conforme prevê o art. 32, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei nº 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 20% (vinte por cento). E esta alíquota entrou em vigor a partir de 1º de março de 2020. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, conforme a seguinte expectativa:

2021	—	1.321
2022	399	57.266
2023	34.077	32.169
2024	65.574	—
Total	100.050	90.756

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente do crédito tributário é de R\$ 75.568 (R\$ 83.663 em 31/12/2020) calculado com base na taxa média do DI no período. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	(=) Saldo no início do exercício	90.756
(+) Constituições	100.990	35.923
(-) Baixas	(91.696)	(1.867)
(=) Total	100.050	90.756

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020 do CMN, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

12. OUTROS ATIVOS

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Outros ativos			
Outros valores e bens (nota 13)	34.383	36.854	34.642	37.257
Devedores por depósitos em garantia de recursos (nota 25)	11.658	7.253	11.658	7.253
Devedores por depósitos em garantia diversos	2.798	2.606	2.798	2.606
Operações com cartões	4.940	—	4.940	—
Cobranças bancárias	702	557	755	617
Comissões	7.669	4.310	7.669	4.343
Lei do bem	1.645	—	1.645	—
Liquidações de títulos - CIP	28.465	—	28.465	—
Valores a receber sociedades ligadas	1.464	—	1.464	—
Valores a receber - convênios	13.925	—	13.925	—
Devedores diversos - no país	6.187	9	6.193	92
Total	113.836	51.589	114.154	52.168
Ativo circulante	53.870	4.867	53.923	4.960
Ativo não circulante	59.966	46.722	60.231	47.208

13. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Bens não de uso próprio			
Veículos e afins	430	589	689	847
Despesas antecipadas	33.953	36.265	33.953	36.410
Prêmios de seguros	—	—	—	145
Despesas de pessoal antecipadas	114	219	114	219
Despesas com cartões	852	—	852	—
Patrocínio	8.861	14.380	8.861	14.380
Deságio na colocação de títulos	18.569	14.693	18.569	14.693
Publicidade	2.868	4.959	2.868	4.959
Despesas de processamento de dados	947	985	947	985
Despesas de serviços técnicos especializados	940	5	940	5
Outras despesas antecipadas	802	1.024	802	1.024
Total	34.383	36.854	34.642	37.257
Ativo circulante	7.658	4.831	7.657	4.884
Ativo não circulante	26.725	32.023	26.985	32.373

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

O Banco detém investimentos na controlada Digimais Administradora de Cartões Crédito Ltda., a qual exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito. A participação do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é demonstrada da seguinte forma:

Dados do investimento	Individual			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Digimais Cartões	Digimais Cartões	Digimais Cartões	Digimais Cartões
Capital social	18.000	14.500	18.000	14.500
Patrimônio líquido	7.329	4.997	7.329	4.997
Percentual de participação	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Resultado do exercício	(1.175)	(3.233)	(1.175)	(3.233)
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:				

Dados do investimento	Individual			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Cartões	Total	Cartões	Total
(=) Saldo inicial	4.997	4.997	4.230	4.230
Ajustes de exercícios anteriores	7	7	—	—
Equivalência patrimonial	(

—☆ **continuação** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição por segmento de mercado

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Sociedades ligadas	1.428	91.405	92.833	164.105
Pessoas físicas	20.454	89.504	109.958	168.792
Pessoas jurídicas	5.125	3.961.440	3.966.565	2.659.983
Total	27.007	4.142.349	4.169.356	2.992.880
	Consolidado		31/12/2021	31/12/2020
	À vista	A prazo	Total	Total
Sociedades ligadas	857	91.405	92.262	162.024
Pessoas físicas	20.454	89.504	109.958	168.792
Pessoas jurídicas	5.125	3.956.347	3.961.472	2.659.983
Total	26.436	4.137.256	4.163.692	2.990.799

(c) Concentração por depositantes

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
10 maiores clientes	3.606.712	2.470.281	3.606.712	2.470.281
50 seguintes maiores clientes	439.852	336.643	434.188	336.643
100 seguintes maiores clientes	65.916	74.923	65.916	74.923
Demais clientes	56.876	111.033	56.876	108.952
Total	4.169.356	2.992.880	4.163.692	2.990.799

Os depósitos a prazo captados através de CDB apresentam taxas pré-fixadas que variam de 3,01% a.a. a 16,39% a.a. e taxas pós-fixadas entre 85% e 155% da variação do CDI. As captações com taxas pré-fixadas representam 39,67% do total das captações a prazo e as com taxas pós-fixadas representam 60,33%.

(d) Despesas com operações de captação no mercado

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/ 2021	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020	2º Semestre/ 2021	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Despesas de captações com o mercado	(149.750)	(228.695)	(113.668)	(149.606)	(228.502)	(113.627)
Depósitos a prazo	(149.750)	(228.695)	(113.668)	(149.606)	(228.502)	(113.627)
Despesas de captações com depósitos	(29)	(29)	-	(29)	(29)	-
Carteira de terceiros	(29)	(29)	-	(29)	(29)	-
Despesas de captações com depósitos	-	-	(2.087)	-	(2.087)	-
Letras financeiras	-	-	(2.087)	-	(2.087)	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(2.934)	(4.950)	(2.658)	(2.934)	(4.950)	(2.658)
Contribuição ordinária	(2.736)	(4.549)	(2.380)	(2.736)	(4.549)	(2.380)
Contribuição especial	(198)	(401)	(278)	(198)	(401)	(278)
Total	(152.713)	(233.674)	(118.413)	(152.569)	(233.481)	(118.372)

18. OUTROS PASSIVOS

Composição

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros passivos financeiros	42.799	72.430	43.053	72.504
Obrigações por operações vinculadas a cessão ⁽¹⁾	-	50.526	-	50.526
Obrigações por aquisição de bens e direitos	8.830	3.140	9.084	3.214
Operações com cartões	33.969	18.764	33.969	18.764
Outros passivos	42.660	20.489	43.218	20.492
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	6	6	6	6
Participações no resultado de administradores e colaboradores	6.078	4.455	6.078	4.455
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.876	7.650	1.876	7.650
Provisão para pagamentos a efetuar	2.931	2.157	2.931	2.157
Credores diversos - país	31.769	6.221	32.327	6.224
Total	85.459	92.919	86.271	92.996
Passivo circulante	58.258	68.255	59.044	68.255
Passivo não circulante	27.201	24.664	27.227	24.741

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios (nota 9f).

19. PASSIVOS FISCAIS

a) Passivos fiscais correntes

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre o lucro	13.766	17.802	13.766	17.801
Impostos e contribuições a recolher	6.505	6.528	6.526	6.580
Total	20.271	24.330	20.292	24.381
Ativo circulante	20.271	24.330	20.292	24.381
Ativo não circulante	-	-	-	-

b) Passivos fiscais diferidos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Leasing	50	50	50	50
Varição cambial	596	442	596	442
Total	646	492	646	492
Imposto de renda	359	273	359	273
Contribuição social	287	219	287	218
Ativo circulante	646	492	646	492
Ativo não circulante	-	-	-	-

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Individual		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Ativo circulante	1.272	1.667	1.272	1.667		
Passivo circulante e exigível a longo prazo	84	185	84	185		
Depósitos à vista:	84	185	84	185		
Pessoas físicas	84	185	84	185		
Administradores	51	87	51	87		
Outras	33	98	33	98		
Pessoas jurídicas	1.188	1.482	1.188	1.482		
Controlada	575	871	575	871		
Controladores diretos e indiretos	91	281	91	281		
Outras	522	330	522	330		
Depósitos a prazo:	23.911	158.915	23.911	158.915		
Pessoas físicas	-	2.410	-	2,410		
Administradores	-	597	-	597		
Outras	-	1.813	-	1.813		
Pessoas jurídicas	23.911	156.505	23.911	156.505		
Controladora direta	276	1.578	276	1.578		
Controladores indiretos	15.087	148.025	15.087	148.025		
Controladas	5.092	1.244	5.092	1.244		
Outras ⁽¹⁾	3.456	5.658	3.456	5.658		
	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Despesas	3.781	5.246	10.007	3.744	5.209	9.967

⁽¹⁾ Refere-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

Remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 R\$ 2.732 (R\$ 2.658 em 31/12/2020).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 240.000 (R\$ 169.780 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 2.294.676 (1.777.476 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor. Em 15 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) intercalar no valor bruto de R\$ 11.502. Em 08 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$49.998, mediante a emissão de 368.200 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 135,79. Em 29 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 134, mediante capitalização de parte da reserva de capital de giro. Em 04 de fevereiro de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$20.088, mediante a emissão de 149.000 novas ações ordinárias, a serem subscritas pelo preço de emissão de R\$ 134,82. Em 30 de abril de 2020, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$1.813, e parte do crédito equivalente ao saldo do pagamento dos dividendos, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas. A homologação do aumento de capital pelo BACEN ocorreu em 02 de julho de 2020. **b) Reservas de Lucros:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reservas de R\$ 103.077 no Individual e no Consolidado (R\$ 69.854 no Individual e R\$ 69.803 no Consolidado em 31/12/2020) correspondia a reserva legal e outras reservas. Conforme disposição estatutária, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva estatutária denominada de reserva de capital de giro, até o limite de 80% do capital social. A respectiva reserva tem por finalidade reforçar o capital de giro do banco. **c) Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco deliberou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.502 (R\$ 9.000 no exercício findo em 31/12/2020, obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal, calculados como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(=) Lucro líquido do exercício	49.059	31.875	49.059	31.880
(-) Reserva legal	(2.454)	(1.593)	(2.454)	(1.594)
(=) Base de cálculo dos dividendos	46.605	30.282	46.605	30.286
(*) Alíquota dos dividendos mínimos obrigatórios	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
(**) Aliquota dos dividendos excedentes propostos	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	11.651	7.571	11.651	7.572
(=) Dividendos excedentes propostos	2.330	-	2.330	-
Juros sobre o capital próprio	11.502	9.000	11.502	9.000
Juros sobre o capital próprio - líquido do IRRF	9.777	7.650	9.777	7.650
Total	13.982	7.571	13.982	7.572

(*) Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro líquido ajustado). (**) Dividendos propostos pela administração excedente ao mínimo obrigatório. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução é de aproximadamente R\$ 5.176 (R\$ 4.050 em 31 de dezembro de 2020).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	Individual			Consolidado		
	2º Semestre/ 2021	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020	2º Semestre/ 2021	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Resultado antes do IR e CSLL, menos participações	35.957	66.439	36.837	35.819	66.439	36.837
Imposto de renda à alíquota de 15%	(5.394)	(9.966)	(5.526)	(5.373)	(9.966)	(5.526)
Adicional de Imposto de renda à alíquota de 10%	(3.596)	(6.644)	(3.684)	(3.582)	(6.644)	(3.684)
Contribuição social à alíquota de 20% ⁽¹⁾	(7.191)	(13.288)	(5.142)	(7.164)	(13.288)	(5.142)
Contribuição social à alíquota de 5%	(3.322)	(3.322)	(1.670)	(3.315)	(3.322)	(1.670)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(19.503)	(33.220)	(16.022)	(19.434)	(33.220)	(16.022)
Efeito sobre a equivalência patrimonial	187	(588)	-	187	(586)	-
Efeito sobre Lei do Bem	-	10.539	-	-	10.539	-
Efeitos sobre os JCP	5.751	5.751	4.050	5.751	5.751	4.050
Outros	712	138	7.015	712	136	7.015
Total	(12.853)	(17.380)	(4.957)	(12.784)	(17.380)	(4.957)

⁽¹⁾ Em 15 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.183 de 2021 e, conforme prevê o seu art. 3º, a Contribuição Social sobre o Lucro disposta na Lei nº 7.689/1988 para os bancos de qualquer espécie, previsto no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2005, será de 25% (vinte e cinco por cento). E esta alíquota entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2021.

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perda provável:** O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.c. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos trabalhistas ⁽²⁾	26.948	23.501	26.948	23.501
Passivos de ações indenizatórias	572	685	572	685
Outros passivos contingentes ⁽³⁾	880	878	880	878
Total	28.400	25.064	28.400	25.064

(2) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a alguns riscos envolvendo questões trabalhistas e cíveis, em discussão nas instâncias administrativas e judiciais. Os riscos trabalhistas são relacionados a processos movidos por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que estes entendem como devidos. Os riscos cíveis são pleitos relacionados a indenizações por dano moral e patrimonial, na maioria referente ao registro de informações sobre os devedores no cadastro de restrições de crédito e de liberações de gravames de veículos no Sistema Nacional de Gravames (SNG), sendo que a maioria destes pleitos envolve o Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados a 40 salários mínimos e não constituem riscos capazes de causar impacto material no resultado econômico e financeiro da Instituição. O Banco possui ainda, ações revisionais de taxas de juros, que estão cobertas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99. A provisão para as perdas destes riscos é estabelecida com base nas avaliações dos assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Adicionalmente, o curso processual regular destas ações, requer em certas situações que o Banco realize depósitos judiciais. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o saldo destes depósitos é de R\$ 10.650 (R\$ 6.248 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota 23d. (3) Compreendem "Outros passivos contingentes", sobre as quais foram realizados depósitos judiciais no valor de R\$ 241, e ações com característica de não incidência de INSS de determinadas verbas salariais no montante de R\$ 637. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação da provisão para riscos no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período são assim demonstradas:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(=) Saldo inicial	-	-	24.186	23.998
(+) Constituições	-	-	7.542	4.668
(-) Baixas	-	-	(4.208)	(4.480)

—☆ **continuação****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Banco Digimais S.A.** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

concentra-se na variação da taxa de juros. Para mensurar o risco é utilizado a metodologia EVE (*Economic Value of Equity*), que avalia a mudança no valor de mercado de uma carteira resultante de choque nas taxas de juros. A diferença entre os fluxos de caixa projetados do Banco Digimais (utilizando taxas de mercado) e os mesmos fluxos utilizando taxas estressadas, estima o risco de perda da carteira. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco Digimais adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez, fluxos de caixa real e projetado, elaboração de orçamentos, testes de aderência e realiza mensalmente reuniões de Comitê de Caixa. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou, custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O monitoramento do risco acontece através do acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e elaboração de políticas, normas, testes de estresse, análise de níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para crédito de liquidação du-

vidosa. **(d) Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação da necessidade de capital a fim de fazer face aos riscos envolvidos nas operações da instituição. Essa estrutura contém políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentados, sistemas, rotinas e procedimentos para o seu gerenciamento. O Departamento de Riscos é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pela alta administração e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN em relação ao capital. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os índices estão assim apresentados:

	Individual e Consolidado	Individual e Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Índice de Basileia	316.235	224.138
Patrimônio de referência (PR)		
Capital principal (nível I)	316.235	224.138
Capital social	240.000	169.780
Reservas de lucros	105.401	69.861
Sobra ou lucros acumulados	—	—
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(29.166)	(15.503)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	2.700.213	1.930.364
Risco de crédito (RWACPAD)	2.147.953	1.446.721
Risco de mercado (RWAMPAD)	10.639	18.332
Risco operacional (RWAOPAD)	545.468	468.977

	Individual e Consolidado	Individual e Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Índice de Basileia	3.847	3.666
Risco de taxa de câmbio (RWACAM)	17.847	28.086
Carteira <i>banking</i> (RBA)	54.086	27.865
Adicional de conservação capital principal	45.807	17.937
Margem sobre PR considerando o RBA	11,71%	11,61%
Índice de Basileia	6,34%	10,49%

Em 31 de dezembro de 2021, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 5,00% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R\$ 15.812 milhões em operações de crédito. Esta exposição está de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco estão pulverizadas.

31. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Não foram identificados resultados não recorrentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSO

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresenta avais e fianças prestados a clientes no montante de R\$ 1.196 (R\$ 1.217 em 31 de dezembro de 2020) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

João Luiz Urbaneja
Diretor Presidente
Thiago Rodrigues Urbaneja
Diretor

Eduardo Gonçalves de Oliveira Guedes
Diretor
Fernanda de Sousa Grecco Alves
Diretora

Cristiano Duarte Fraga
Diretor
Fernando Marcial Roncal Pajares
Diretor

Eduardo Cristian Aderne dos Santos
Contador - CRC 1SP290045/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Digimais S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Digimais S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Digimais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digimais S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Fomos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2022

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Kurt de Almeida da Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>